



**NA TERRA OU NO MAR,  
OMISSÃO E DESCASO  
AMEAÇA A VIDA DOS  
TRABALHADORES/AS**

Infelizmente, como tem sido frequentemente noticiado, o acidente na plataforma não foi um caso isolado, mas resulta de um “padrão de sucateamento” das plataformas e de outras unidades da Petrobrás, agravado no governo bolsonarista, que estava destruindo a empresa para privatizar. PÁGINA 3

## CARAVANAS FORAM IMPORTANTES PARA ESCLARECER DÚVIDAS E LEVAR INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES DA PETROS



Nos dias 24 e 25 de abril, os participantes ativos, aposentados e pensionistas do Plano Petros, tiveram a oportunidade de ouvir as mais recentes notícias em relação a situação da Petros, esclarecer dúvidas e fazer questionamentos. Nos **dois encontros**, foram tratados temas como as alternativas para resolver o **déficit da Petros e os equacionamentos** que há anos impactam os beneficiários.

Os encontros, que estão percorrendo o país, foram organizado pelo Fórum em Defesa dos Participantes da Petros, e contaram com a presença de Paulo César Martins (FUP), Adaedson Costa (FNP) e Paulo Brandão (Fenaspe).

### ENFRENTAR A DESINFORMAÇÃO

Paulo Cesar Martin (PC), diretor da FUP e integrante da Caravana, reforçou a importância de enfrentar a desinfor-



### APROVADA

Em assembleia com os trabalhadores da Cross e Freitas dia 24, em frente ao TEDUT, foi **aprovada a pauta**

**de reivindicações** da categoria para dar início às negociações deste ano.



### BASTA DE FEMINICÍDIO!

Na semana em que o RS registrou **10 feminicídios em uma semana**, o presidente Lula sancionou, dia 24, três projetos de lei sobre o combate à violência e proteção de direitos das

mulheres, tanto nas questões de violência psicológica, como de acesso a espaços de formação para elas e ameaças com uso de imagens de mulheres produzidas em inteligência artificial. O primeiro (**PL 370/2024**), trata sobre violência psicológica com uso de inteligência artificial; o outro, o **PL nº 475/2.024**, proíbe a discriminação de mulheres na concessão de bolsas acadêmicas; e o último, o **PL 5.427/2023**, institui monitoramento de agressores de mulheres por meio de tornozeleiras eletrônicas.

Já o representante da FNP, Adaedson Costa, destacou: "Achamos um meio, um caminho, e ainda falta, pois esse acordo tem que pagar a dívida que estamos pagando. Isso é razoável? Não sabemos. Precisamos da mobilização. Temos que falar qual o caminho para trilhar a alternativa, não a solução definitiva. A solução seria a Petrobrás colocar dinheiro no plano existente, mas ela não pode, os órgãos regula-

mentadores não deixam. Então, temos outro caminho, a alternativa: podemos fazer um novo plano CD (contribuição definida), que garante direitos iguais para todos, com uma gestão mais transparente e participativa, saindo do atual BD (benefício definido). Além disso, somada à desistência em ações judiciais relevantes (potencialmente de Sindicatos, Federações, Associações e PETROS) para que a Petrobrás efetive aportes nos planos para solucionar os déficits existentes".

O Sindipetro-RS reitera a importância deste tema e alerta para que todos/as continuem mobilizados. Qualquer dúvida, é importante, como **primeiro passo, entrar em contato com o Sindicato.**

### PROPOSTAS

- Responsabilidade futura paritária da patrocinadora
- Benefício vitalício
- Reajuste anual dos benefícios pelo IPCA
- Pensão por morte
- Pagamento de pecúlio por morte
- Fundo de cobertura de benefícios vitalícios
- Valor do benefício com variação máxima de 5% em relação ao benefício atual
- Participação de representação dos trabalhadores na gestão da Petros
- Criação de um Comitê Gestor
- Aporte da patrocinadora em ampla transação judicial próximo ao valor das dívidas dos participantes
- Manutenção e intensificação do processo de imunização do patrimônio
- Garantia de que a proposta acordada no âmbito do Grupo de Trabalho seja ofertada à Vibra e à Petros

mulheres, tanto nas questões de violência psicológica, como de acesso a espaços de formação para elas e ameaças com uso de imagens de mulheres produzidas em inteligência artificial. O primeiro (**PL 370/2024**), trata sobre violência psicológica com uso de inteligência artificial; o outro, o **PL nº 475/2.024**, proíbe a discriminação de mulheres na concessão de bolsas acadêmicas; e o último, o **PL 5.427/2023**, institui monitoramento de agressores de mulheres por meio de tornozeleiras eletrônicas.

### FORMAÇÃO

O Sidipetro-RS participou, dia 23/04, de um momento de formação promovido pelo DIEESE sobre **meio ambiente e mundo do trabalho e a COP 30**, dirigido a sindicatos e centrais sindicais. O encontro ocorreu na sede do

Sindipolo, em Porto Alegre e, além dos petroleiros, contou com representação de categorias como professores, sapateiros, petroquímicos, bancários, entre outros. No encontro, o pesquisador e economista do DIEESE, Cloviomar Pereira, lembrou que "os trabalhadores não estão incluídos no debate ambiental e eles são os mais afetados. **É preciso trazer o debate ambiental para dentro do movimento sindical.** O Dieese está trazendo esse tema para os trabalhadores." Ao final da explanação, os sindicalistas puderam contribuir com experiências e fazer perguntas e sugestões.



## → SEGURANÇA

# OMISSÃO E DESCASO AMEAÇA VIDA DOS TRABALHADORES

No dia 21 de abril, os petroleiros mais uma vez, foram vítimas do descaso e da omissão que permeia unidades da Petrobrás, **colocando a vida de trabalhadores diretos e terceirizados em risco**. Neste dia, uma grave explosão na PCH-1 deixou dezenas de trabalhadores/as feridos, por queimaduras ou inalação de fumaça, alguns em estado grave. No momento da explosão, 177 trabalhadores estavam na plataforma.

As circunstâncias do acidente ainda estão sendo apuradas em comissão que terá participação de representante do Sindipetro-NF, mas relatos de alguns trabalhadores que viveram o horror do momento, mostram a gravidade da situação.

Houve desencontros, correria, rotas de fuga interrompidas, enquanto a brigada de emergência combatia as chamas, num trabalho de mais de quatro horas. O incêndio, que iniciou pelas 7h20 só foi debelado às 11h25.

### FALTA MANUTENÇÃO E EFETIVOS

Os dirigentes do Sindipetro-NF reiteraram as antigas denúncias de falta de investimentos em manutenção e integridade da plataforma. "Os acidentes que vêm se tornando recorrentes são o resultado direto de anos de negligência de governos anteriores, que abandonaram as políticas de segurança e integridade das unidades offshore, provocando o sucateamento das instalações", afirmou um diretor do sindicato, que relatou, ainda, dois graves acidentes na mesma semana, com amarrações perdidas em plataformas.

### PAUTA DA REUNIÃO DE SMS

Como não podia deixar de ser, o acidente, que ocorreu exatamente no **Abril Verde**, mês dedicado à saúde e

segurança no trabalho, que tem o dia 28 como **Dia Mundial da Segurança no Trabalho e Dia de Memórias às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho no Brasil**, esteve entre os principais temas da reunião da Comissão de SMS realizada dia 25/04.

Os trabalhadores denunciaram a piora nas condições dos casos de saúde mental entre os trabalhadores e trabalhadoras, a falta de efetivo, a precarização dos treinamentos e falhas nos exames ocupacionais. Acusaram a empresa de inércia diante de problemas estruturais que estão se acumulando, resultando em acidentes graves, como o da plataforma. Visivelmente abalado, o diretor do Sindipetro-NF destacou que, "mais uma vez, dirigentes sindicais têm que lidar com a dura tarefa de atender um familiar e dizer que seu ente querido está na lista dos acidentados", desabafou.

### PADRÃO DE SUCATEAMENTO

Infelizmente, como tem sido frequentemente noticiado, o acidente na plataforma não foi um caso isolado, mas resulta de um "padrão de sucateamento" das plataformas e de outras unidades da Petrobrás, **agravado no governo bolsonarista, que estava destruindo a empresa para privatizar**. Os trabalhadores frisaram que essa situação, que inclui com urgência a reposição dos efetivos, cuja carência vem sobrecarregando os trabalhadores, os treinamentos deficientes e os contratos horríveis que a empresa tem feito, não pode continuar.

A reunião também tratou da retomada e ampliação do programa de saúde mental da companhia, incluindo Transpetro e PBio; retomar as pesquisas de ambiência prometidas desde maio de 2023, com a inclusão de temas como saúde física e mental, ergonomia,

condições sanitárias e exposição a riscos; implementação integral e imediata das diretrizes da NR-1; reposição dos efetivos com urgência, já que os concursos não têm conseguido repor o pessoal na dimensão necessária; a repriminização de áreas estratégicas ainda operadas por empresas terceirizadas; solução para os problemas de infraestrutura de emergência na Fafen-PR; práticas recorrentes de assédio moral dentro da Petrobrás; treinamentos ineficazes e risco à segurança.

A presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, criticou o modelo atual de treinamentos adotado pela Petrobrás, apontando que muitos são oferecidos em formato de Ensino à Distância (EAD) e em horários inadequados, comprometendo sua efetividade, realizados durante o expediente, comprometendo a atenção. "O trabalhador precisa estar totalmente focado no curso, sem rádio, sem interferências, e não acumulando funções enquanto tenta se capacitar", pontuou ela.

A também diretora do Sindicato, Nalva Faleiro, por sua vez, relatou as preocupações relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores, destacando a falta de um plano de ação específico para lidar com problemas identificados nas atividades laborativas. "Não há um plano de ação eficaz para os casos que envolvem questões de saúde e segurança. Isso se reflete, por exemplo, nas clínicas contratadas para realizar os exames periódicos, que muitas vezes são de baixa qualidade", frisou. A dirigente também questionou a postura punitiva adotada pela empresa, em relação ao atraso nos exames periódicos. "A saúde e segurança devem ser tratadas com seriedade, e não com uma abordagem punitiva centrada em penalidades. A empresa precisa agir para resolver os problemas operacionais que estão dificultando a realização desses exames", concluiu.

Por fim, os trabalhadores cobraram o cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que assegura a participação dos trabalhadores nas comissões de investigação de acidentes, mas que tem sido sistematicamente desrespeitado.

**A Saúde e Segurança dos Trabalhadores é um direito fundamental reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), embora a cada 15 segundos morra uma pessoa no mundo por acidentes de trabalho, e no Brasil, a cada 50 segundos ocorra um acidente de trabalho. Essas datas servem para não esquecer e buscar saídas para essa cruel realidade.**



## → CAMPANHA

### REDUÇÃO DA JORNADA, SEM REDUÇÃO DO SALÁRIO

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Campinas (Unicamp), em parceria com o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), revela que o Brasil está preparado para reduzir a jornada de trabalho para 36 horas semanais, com adoção da escala 4x3 (4 dias de trabalho e 3 de descanso).



A proposta, embasada em dados socioeconômicos e entrevistas com sindicalistas, defende que a mudança **melhoraria a qualidade de vida, reduziria a desigualdade de gênero e impulsionaria a economia**. De acordo com o estudo:

- ➔ **470 mil afastamentos por saúde mental** foram registrados em 2024, alta de 68% em relação a 2023. A escala 6x1 está diretamente ligada a índices elevados de insatisfação e pedidos de demissão, especialmente em setores como comércio e telemarketing.
- ➔ **20,88 milhões de brasileiros** (20% da população ocupada) trabalham em sobre jornada, excedendo o limite legal de 44 horas semanais. Homens negros são os mais afetados: representam 36,7% desse grupo.
- ➔ **Mulheres acumulam 11 horas diárias de trabalho remunerado e não remunerado** (como cuidados domésticos), **6 horas a mais que os homens**. A redução da jornada poderia redistribuir essas tarefas e ampliar a inclusão feminina no mercado formal.
- ➔ Setores como transporte, comércio e telemarketing concentram as piores condições: **30%** dos trabalhadores de alojamento e alimentação estão em sobre jornada. No telemarketing, **72%** dos profissionais são mulheres, submetidas a metas abusivas e rotatividade de **55,7%**.

A pesquisa vai ao encontro da proposta protocolada em fevereiro de 2025 pela deputada Érika Hilton (PSOL-SP), que visa alterar a Constituição Federal para **limitar a jornada a 8 horas diárias e 36 semanais**, com implementação gradual em um ano. A mudança atingiria **37% dos trabalhadores formais** (38,4 milhões) e geraria impacto indireto em informais.

Ainda de acordo com o estudo, “a redução da jornada de trabalho é uma medida não apenas viável, mas essencial para promover a saúde ocupacional, a estabilidade no mercado de trabalho e uma redistribuição mais equitativa da renda. As experiências de empresas que já implementaram jornadas reduzidas mostram que é possível equilibrar produtividade e bem-estar”. (Fonte: DIAP)

## → LUTA DOS TRABALHADORES

## → SERVIÇOS

### PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

**ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS** (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para [atendimento@costaeadvogados.adv.br](mailto:atendimento@costaeadvogados.adv.br)

**ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL** (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

**ASSISTENTE SOCIAL** - **Jaqueline da Costa** - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.

## → NOTAS

### ENCONTRO

Na reunião de SMS, dia 25/04, a empresa informou que nos **dias 29 e 30 de abril**, haverá um encontro, no Centro de Pesquisas da companhia, com foco em temas como **saúde mental no ambiente de trabalho, ergonomia e a nova NR-1**, que passou a reconhecer os riscos psicossociais como equivalentes aos demais riscos ocupacionais.

### NR-1

Depois de muita polêmica de vai ou não vai, finalmente foi decidido que a publicação do **capítulo 1.5 da NR 1 que trata sobre o gerenciamento dos riscos psicossociais será implantada dia 26 de maio**, conforme previsto, mas, segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, de forma “educativa e preventiva”. O anúncio foi feito após reunião tripartite realizada dia 24 de abril, em Brasília. Será publicado imediatamente um guia (<https://is.gd/xT5ETu>) que irá orientar o processo de implantação e em 90 dias será publicado um manual sobre o tema, que será construído através de uma Comissão Nacional Tripartite Temática.

### SEGURANÇA

**“O trabalho deve ser meio de vida e não meio de morte**. Um trabalhador, uma trabalhadora quando sai todos os dias para ganhar o sustento próprio, dos seus cônjuges e filhos, o faz na expectativa de regressar à casa, e é assim que deve ser”. (Ministro do TST, Lélvio Bentes Corrêa, na abertura da campanha “Abril Verde” de 2024).

### VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Segundo dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho), em 2024, a Justiça do Trabalho registrou **285.055** processos que pedem reconhecimento de vínculos empregatícios. Aumento de **57%** em comparação ao ano anterior. O aumento segue a lamentável tendência da “pejotização”, adotado de forma abusiva deste a reforma trabalhista de 2017 e agravada durante o governo bolsonarista. O tema já é o **16º no ranking** dos que mais levam as pessoas à Justiça do Trabalho.